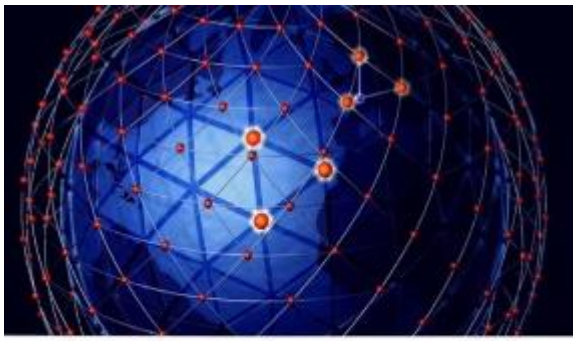


EmSociedade

O governo Bolsonaro e o Sínodo para a Amazônia: apontamentos de um conflito

Bolsonaro's government and the Amazon Synod: notes on a conflict

Wellington Teodoro da Silva[1]
Bruno Malta Pinto[2]

Resumo

Este artigo trata do conflito aberto pelo governo Bolsonaro contra a Igreja Católica por ocasião do Sínodo para a Amazônia. Por meio das notícias e declarações publicadas na imprensa do período, pudemos compreender as motivações do conflito, bem como o lastro que remonta ao período da Ditadura Militar (1964 – 1985). Setores militares e civis do governo compreendiam o mundo sob um registro extemporâneo de Guerra Fria. Portanto, elaboraram compreensões cognitivamente dissonantes sobre a realidade política e geopolítica. Seguiram a retórica anticomunista e anti-esquerda tratando essas palavras como símbolos e não como conceitos capazes de orientar a compreensão da realidade. As fontes foram tratadas descritiva e analiticamente como documentos segundo o método e a crítica historiográficos.

Palavras-chave: Sínodo para a Amazônia; governo Bolsonaro; Igreja Católica e Estado; religião e política; democracia brasileira

Abstract

[1] Doutor em Ciência da Religião - Professor da PUC Minas no Programa de Pós Graduação em Ciência da Religião da PUC Minas- https://orcid.org/0000-0002-4830-7533

[2] Mestre em Direito - Doutorando em Ciências da Religião no Programa de Pós Graduação em Ciência da Religião da PUC Minas - https://orcid.org/0009-0005-5543-1603

This article examines the conflict initiated by the Bolsonaro government against the Catholic Church during the Synod for the Amazon. By analyzing news reports and public statements published in the media at the time, we were able to identify the motivations behind the conflict, as well as its historical roots dating back to the Military Dictatorship period (1964–1985). Military and civilian sectors within the government perceived the world through an anachronistic Cold War lens. Consequently, they developed cognitively dissonant interpretations of political and geopolitical realities. They adhered to anti-communist and anti-leftist rhetoric, treating these terms as symbolic rather than as conceptual tools for understanding reality. The sources were examined descriptively and analytically as historical documents, following historiographical methodology and critique.

Key words: Synod for the Amazon; Bolsonaro government; Catholic Church and the State; religion and politics; Brazilian democracy

INTRODUÇÃO

O Sínodo para a Amazônia[3] foi convocado pelo Papa Francisco em 15 de outubro de 2017 durante a Assembleia Especial do Sínodo dos Bispos para a Pan-Amazônia com o tema "Amazônia: novos caminhos para a Igreja e para uma ecologia integral". A questão do meio ambiente na perspectiva de uma Ecologia Integral, anunciada e promovida dois anos antes a partir da publicação da encíclica *Laudato Si'*, além da identidade da instituição e de sua pastoral naquele ambiente foram os temas tratados.

Essa questão não é novidade no catolicismo. No entanto, no nível dos documentos oficiais, a *Laudato Si'* é a primeira encíclica dedicada a esse tema. O Papa Francisco compreendeu sua necessidade em razão dos riscos sofridos pela humanidade diante dos problemas ambientais. Inspirou-se no exemplo da encíclica *Pacem in Terris* publicada em 11 de abril de 1963 por João XXIII diante da possibilidade de guerra nuclear por ocasião da crise dos mísseis em Cuba ocorrida em outubro de 1962. O pontífice associa a questão ambiental ao contexto maior da crise social, política e econômica.

Paulo VI também tratou do problema do meio ambiente na Carta Apostólica *Octogesima Adveniens* escrita por ocasião do 80º aniversário da Encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII.

[3] A palavra sínodo origina-se do grego *synodéo* que significa 'fazer um caminho com alguém' (*syn* = juntos e *hódos* = caminho). No âmbito da Igreja Católica, refere-se a uma assembleia convocada pelo papa para que assuntos de interesse da instituição sejam discutidos juntos com os bispos.

Assim como Francisco, ele entendeu o problema ambiental como parte da questão social inaugurada pela encíclica leonina. João Paulo II abordou essa matéria em sua mensagem para o XXIII Dia Mundial da Paz, divulgada em 8 de dezembro de 1989 e celebrada em 1º de janeiro de 1990, sob o tema "Paz com Deus Criador – Paz com toda a criação". Assim como fez Paulo VI e Francisco, João Paulo II coloca a questão ambiental ao lado de outros problemas:

> Observa-se nos nossos dias uma consciência crescente de que a paz mundial está ameaçada, não apenas pela corrida aos armamentos, pelos conflitos regionais e por causa das injustiças que ainda existem no seio dos povos e entre as nações, mas também pela falta do *respeito devido à natureza*, pela desordenada exploração dos seus recursos e pela progressiva deterioração da qualidade de vida. Semelhante situação gera um sentido de precariedade e de insegurança, que, por sua vez, favorece formas de egoísmo colectivo, de açambarcamento e de prevaricação (João Paulo II, 1989, grifo do autor).

No caso do Estado brasileiro, a Amazônia é tema recorrente. Sua principal preocupação é o grande interesse que essa região desperta na comunidade internacional atraída pelas incalculáveis possibilidades econômicas de seu valioso material genético, flora, fauna, biodiversidade, riquezas minerais e pela imensa quantidade de água em seu subsolo e na superfície, além da vastidão do seu território de extensas fronteiras com sete países. O crescente interesse pelo tema ambiental a mantém como objeto de relevante atenção internacional.

O Sínodo para a Amazônia motivou um conflito que partiu do governo brasileiro contra a Igreja Católica. O Presidente da República e setores militares do governo produziram declarações na imprensa manifestando preocupações. Temiam que esse evento pudesse criar uma situação internacional de quebra da soberania nacional na região. A tensão existente fez com que o presidente Jair Bolsonaro não comparecesse ao Vaticano para participar da canonização de Irmã Dulce, primeira santa brasileira, realizada no dia 13 de outubro de 2019. Essa cerimônia teve lugar quando o evento sinodal também acontecia: de 06 a 27 de outubro de 2019.

Nessa ocasião, o país foi representado pelo vice-presidente Hamilton Mourão e pelos presidentes do Supremo Tribunal Federal, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Enquanto isso, o Palácio do Planalto suspeitava da Igreja Católica; acreditava que ela sofria influência e infiltração do comunismo e daquilo que chamava de globalismo. O Governo chegou a organizar um evento que ficou conhecido como “Contra-Sínodo” que aconteceria em

Roma apenas um mês antes da realização do Sínodo para a Amazônia. Seu objetivo seria responder antecipadamente às críticas que se imaginava que aconteceriam no evento oficial.

Este conflito é objeto deste artigo, que abordará alguns de seus aspectos com vistas a oferecer elementos para compreender o pensamento de setores do governo Bolsonaro. Privilegiamos o percurso temporal destes setores, sobretudo o militar, de modo a permitir situar o ideário da chamada nova direita num arco mais longo de referência histórica. Esse recuo temporal para a lida do presente permite uma apreciação com mais elementos disponíveis para análise.

Trabalhamos com leitura de bibliografia; análise de documentos oficiais; matérias da imprensa; entrevistas e debates em vídeos disponíveis na internet. Optamos por tratar a documentação segundo a abordagem historiográfica dentro da perspectiva da história do tempo presente. Esse tipo de trabalho pede ao pesquisador cuidados com diversas dificuldades que se apresentam e que são singulares da atividade de pesquisa nesse campo. As questões do presente ainda estão sendo formuladas pelos personagens em atuação na esfera estudada – religião, política, arte etc. Os debates e conflitos acontecem enquanto o historiador elabora suas sínteses e as memórias estão sendo disputadas pelas narrativas ainda em construção. O conhecimento de natureza historiográfica quando diante dos desafios do presente marca-se por uma maior provisoriedade. Os arcos de temporalidades mais longas são mais difíceis de estabelecer. As rupturas e permanências são mais difíceis de definir quando os processos estão acontecendo no momento da pesquisa.

Acompanhamos Jacques Le Goff (2003) quando entende que é o próprio historiador quem define aquilo que será tratado como documento. As pesquisas do tempo presente possuem um corpo documental heterogêneo; contam com a novidade dos arquivos na internet de jornais, revistas, imagens, vídeos, etc dispostos digitalmente nos modos próprios da rede mundial de computadores. Isso permite ao leitor consultar as fontes do historiador do momento da leitura; coisa difícil de ser feita quando os arquivos são físicos. Pesquisamos a imprensa brasileira do período e selecionamos para figurar na bibliografia aquilo que utilizamos como referência direta no texto.

Além desta introdução, esse texto apresenta a gênese e o desenvolvimento do conflito em seus elementos motivadores centrais. Tratamos de ampliar o arco temporal dos atores

estudados a fim de melhor compreender a chamada direita bolsonarista e a importância da direita militar como formuladora de imaginário em seu meio. O percurso formativo deste grupo é necessário para compreender aspectos importantes da política brasileira do período. As características e identidades deste setor da política nacional levaram-no a compreender o papado de Francisco como criptocomunista.

Antes de tratar dos elementos do conflito, tratamos da compreensão do comunismo como símbolo de coesão central desta direita brasileira. Demonstramos como a ideia de globalismo desse grupo funcionou como doutrina orientadora da prática no nível nacional com vistas àquilo que se compreendia como projeto de poder planetário. Também apresentamos no texto o encontro do imaginário bolsonarista com o nazismo e o ideário de setores da Ditadura Militar brasileira representada pelo general Sylvio Frota e sua continuidade no governo Bolsonaro. Esses são elementos da bricolagem presente no bolsonarismo e na chamada nova direita brasileira.

2. Anticomunismo e pensamento dissonante do governo

No Brasil, no contexto da Guerra Fria, a palavra “comunista” dava nome a um amplo espectro além daquele próprio do marxismo e da disciplina dos partidos comunistas. No período do pré-golpe de 1964 e da ditadura militar que o seguiu, “comunismo” também se referia aos movimentos de setores da sociedade que defendiam mudanças que eram traduções da modernidade nas esferas políticas, econômicas e sociais, como as reformas de base que serviriam para desenvolver o capitalismo nacional.

No Brasil atual, o anticomunismo ainda se mantém como elemento central entre setores políticos que se opuseram ao Sínodo. Isso se deve às suas apreciações dissonantes sobre os processos objetivos da política e da geopolítica. São muitas e de domínio público as falas públicas de Jair Bolsonaro e de seus seguidores sobre o suposto risco de a bandeira nacional “ficar vermelha” etc. Até mesmo ex-membros do governo são reputados como comunistas como aconteceu com Sérgio Moro, ex-ministro do governo, que foi chamado por Ricardo Salles de esquerda e comunista (Bosco, 2021).

Não é possível desenvolver neste artigo a ideia do comunismo na mentalidade desse setor da extrema direita. Pensamos ser suficiente dizer que ela deriva daquilo que compreendem como globalismo e marxismo cultural, que tratamos em outro trabalho (Silva, Sugamosto, Araujo, 2021). É-nos suficiente dizer que ela não trata da tradição interpretativa existente nas universidades sobre o comunismo internacional e nacional e tampouco considera a autocompreensão formuladas pelos próprios comunistas, no caso, comunistas reais. O comunista surge como um símbolo e não como um conceito; trata-se de um bode expiatório no sentido girardiano, contra o qual seus detratores jogam seus dejetos psicológicos, formando coesão em torno disso (Girard, 2011).

> Essas comunidades reproduzem deliberadamente esses fenômenos em seus ritos sacrificiais, esperando, assim, se proteger de sua própria violência, desviando-a para vítimas sacrificáveis, criaturas humanas ou animais cuja morte não fará ressurgir a violência, pois ninguém terá a preocupação de vingá-la (Girard, 2011, p. 33).

As ideias sobre globalismo também são importantes para se compreender a oposição ao Sínodo. Trata-se de formulações domésticas do ambiente da extrema direita que orientou o bolsonarismo e seus militares aderentes. Essas ideias são anteriores ao surgimento dessa extrema direita na segunda década do século XXI, tendo encontrado no ideólogo Olavo de Carvalho um de seus maiores divulgadores. Ele influenciou Ernesto Araújo, ex-ministro das Relações Exteriores do governo Bolsonaro, que descreveu o globalismo como movimento orquestrado pela esquerda internacional para penetrar na globalização econômica (Araújo, 2021). Seu objetivo seria destruir a tríade conservadora: Deus, pátria e família. Afirma que esses três objetivos foram escolhidos por serem as três transcendências que dão sentido para a vida do homem para além do imediato. A destruição dessas bases do edifício existencial do ocidente provocaria seu desmoronamento.

O marxismo, o positivismo e o filósofo Friedrich Nietzsche seriam os principais inimigos dessa tríade conservadora; o pensamento marxista ocuparia o centro desse projeto de uma sociedade sem Deus. Em sua capacidade de criar ficção como se fosse mundo real, essa nova direita brasileira assevera que os marxistas desistiram da economia socialista devido à maior eficiência do capitalismo. Os comunistas teriam adotado a estratégia de tomar o poder no capitalismo e entrar na mentalidade das pessoas numa disputa de valores formulando um

novo tipo de guerra, qual seja, a guerra cultural. O objetivo seria influenciar as pessoas de maneira total desfazendo, todos os valores virtuosos estruturantes da mentalidade humana ocidental: identidade sexual e de gênero, raça, religião etc. Desta forma, construiriam um mundo em que nem mesmo o Estado continuaria existindo. Esse projeto globalista seria conduzido por três atores: os comunistas, os capitalistas e os muçulmanos, estes estariam organizados sob um califado internacional segundo Olavo de Carvalho (Carvalho; Almeida, 2017). Essas pessoas acreditam nessa associação que nos parece carecer de mínima razoabilidade.

O papa Bento XVI também foi posto ao lado dos comunistas e do califado internacional por Olavo de Carvalho (2009) que tratou a encíclica *Caritas in Veritate* como um texto de apoio ao globalismo. Afirma que esse documento apresenta diagnósticos falsos para a crise econômica e recomenda como remédio a aplicação dos mesmos males que a causou. O documento apoiaria o globalismo por defender o surgimento de uma autoridade mundial para a solução dos problemas das economias atingidas pela crise. A Organização das Nações Unidas – ONU – que está entre os principais agentes de formulação do globalismo, segundo Carvalho, é escolhida como condutora da organização da agenda globalista.

Nesse contexto, Olavo de Carvalho critica o papa por defender maior controle do mercado. Afirma que, embora peça soluções cristãs, Bento XVI não apresenta nenhum modo de efetivar o cristianismo nesse ambiente e apenas apresenta generalizações abstratas. Afirma que seu pedido de caridade é um adorno retórico que permite que os globalistas utilizem a encíclica como argumento em seus projetos. O papa não se atentava para o fato dos agentes do globalismo planejarem instaurar uma religião universal biônica. Assegura existir uma guerra anticatólica em desenvolvimento e o papa acabou por apoiar isso. Deste modo, assevera que se deve rejeitar categoricamente os valores que Bento XVI defende (Carvalho, 2009).

O anticomunismo dessa nova direita elabora um intrincado jogo retórico e ideológico que busca manter a lógica da guerra fria no tempo presente. Lutam contra realidades imaginadas sem lastro no mundo da realidade efetiva das coisas como se fosse o combate definitivo entre a civilização cristã e o comunismo ateu. Com o fim da guerra fria e do socialismo no leste europeu, mudaram o conteúdo semântico das palavras e dos atores da história de modos a se aproximarem mais do realismo fantástico do que de formulações teóricas.

Os atuais contextos políticos e geopolíticos são tratados dentro do esquema extemporâneo da guerra fria. Esse pensamento, dobrado sobre si, propõe a luta do bem contra o mal; cristianismo contra ateísmo; defesa da família etc. A universidade é vista com imensos preconceitos e reputada como inimiga. Na caserna, essas ideias chegam a ser estruturantes da identidade dos militares, que cultivam o excepcionalismo militar por meio da detratação do civil.

Nessa compreensão de mundo há um sequestro hermenêutico no cristianismo colocando-o dentro de um sistema de sentidos que ele recusa ou, no mínimo, não comporta. Associaram-no ao combate total contra o inimigo com objetivo de matá-lo simbólica, cognitiva e fisicamente. Sobre essa rotina das diversas mortes, parece-nos útil a obra "LTI – Linguagem do Terceiro Reich" onde Victor Klemperer (2009) estuda, como sujeito-vítima-investigador, os processos de produção de morte do judeu no imaginário nazista: cognitiva, cultural, simbólica e física.

Não é exagero propor a homologia entre nazismo e bolsonarismo nessa engenharia do imaginário. Vale lembrar o vídeo publicado no dia 16 de janeiro de 2020 onde o então secretário especial de cultura Roberto Alvim faz citação quase literal de Joseph Goebbels, ministro da propaganda da Alemanha nazista. O vídeo foi postado para divulgar o prêmio nacional de artes que foi apresentado horas antes em *live* com a presença de Bolsonaro. Além do conteúdo da fala, a estética do vídeo, o tom de voz e aparência do secretário permitem associações com a propaganda nazista e seu ministro.

Nessa ocasião, foram feitas comparações entre a imagem de Alvim e de Goebbels em seus respectivos gabinetes que revelaram semelhança estética e de objetos. Um trecho da obra de Richard Wagner foi utilizado como fundo musical. Ele foi retirado da ópera *Lohengrin*, que segundo matérias da imprensa, foi decisiva na vida de Hitler, segundo ele próprio. A coincidência entre a frase e a escolha da trilha sonora demonstra que a associação ao nazismo foi deliberada. Além desse evento, Jair Bolsonaro recebeu apoio de neonazistas quando era deputado federal (Demori, 2021).

A relação do pensamento com o mundo da realidade efetiva das coisas do governo Bolsonaro sofreu de dissonância cognitiva – fenômeno engendrado pela ideologia em seu sentido de falseadora da realidade. Ela cria uma ambiência cognitiva onde as ideias se produzem

distanciadas dos acontecimentos reais e de suas causas. As ideias se organizam numa espécie de malha intelectiva que faz a operação cognitiva girar num eixo autônomo coberto por essa malha que isola esse ecossistema mental, apartando-o da verdade efetiva das coisas ou a "*verità effettuale della cosa"* (Maquiavel, 1993).

Não propomos que exista a possibilidade de acessar essa verdade de modo puro. Entretanto, acompanhamos Maquiavel que afirma a conveniência de ela ser procurada ao invés de imaginada: "Porém, sendo meu intento escrever algo útil para quem me ler, parece-me mais conveniente procurar a verdade efetiva da coisa do que uma imaginação sobre ela" (Maquiavel, 1993, p. 72). As comunidades acadêmicas, com seus paradigmas (Kuhn, 2001) oferecem possibilidades de proteger o pensamento contra as ideias que se retroalimentam nas tramas ideológicas. As regras do pensamento acadêmico dão maiores garantias de produzirmos algo que se possa aproximar daquilo que compreendemos como conhecimento; protegendo-nos contra delírios.

3. O conflito contra o Sínodo

Os ideólogos do bolsonarismo, em seu pensamento dissonante, acreditam que o mundo e o Brasil, de modo particular, estão recebendo ataques daquilo que chamam de projeto globalista com vistas ao comunismo, e que setores da Igreja Católica oferecem meios para que esse projeto aconteça. Seguem a mesma rotina dos ambientes mais brutais da ditadura militar, que acreditavam que a instituição religiosa havia sido tomada por comunistas. Essa era a compreensão existente no momento da realização do Sínodo entre seus detratores no governo.

Declarações do Papa Francisco, como a que afirma que a maior ameaça e maior dificuldade para a preservação da Amazônia consistia nos "interesses políticos e econômicos de setores dominantes da sociedade" (Francisco *apud* Belicanta, 2019) fizeram o governo associá-lo ao pensamento e prática de Igreja Católica que entendem ter sido infiltradas pelo comunismo. Vale lembrar que o general Augusto Heleno serviu como ajudante de ordens do general Sylvio Frota, que foi ministro do Exército do presidente Ernesto Geisel e contrário ao processo de abertura política.

Portanto, a ideia de reputar a condição de comunistas ao inimigo político, sem que ele seja em qualquer medida próximo da experiência histórica do comunismo, não tem início no ambiente bolsonarista. Essa prática de construir inimigos imaginários já acontecia no período da ditadura militar e o General Sylvio Frota foi uma liderança de destaque nesse hábito.

Esses grupos militares que temiam o Sínodo são continuidades dessa rotina cognitivamente dissonante de pensamento político. No livro de memórias desse general encontramos referências que ele próprio selecionou para publicação. Vale o exemplo de sua anotação em uma carta a ele endereçada, escrita pelo general Hugo Abreu em setembro de 1978. Frota anotou com seu próprio punho na margem dessa carta: "Tudo seria válido se o Gen. Euler – um homem de caráter – não tivesse se apoiado no grupo socialista-criptocomunista, cujas ideias ele mesmo tem" (Frota, 2006, p. 620). Apesar do General Euler Bentes ter apoiado o movimento de deposição de Vargas em 1945, assumiu postura nacionalista ao apoiar o monopólio estatal do petróleo. Além disso, não apoiou o golpe contra João Goulart em 1964. Foi candidato à Presidência da República em 1978 perdendo para o general João Baptista Figueiredo no colégio eleitoral.

Frota asseverou existir informações de que nos primeiros meses do governo Geisel, o General Golbery do Couto e Silva procurara um ou mais oficiais do Serviço Nacional de Informações – SNI – e avisara-os de que o novo governo era um "governo de centro-esquerda – orientação importante para os trabalhos daquele serviço" (Frota, 2006, p. 180). Também afirmou acreditar que o general Golbery influenciou o presidente Geisel na política de aproximação com os países comunistas.

Os setores reacionários brasileiros defendem que a Igreja Católica não deve se envolver em questões políticas. No entanto, consideram que isso acontece apenas quando suas visões de mundo e interesses econômicos são criticados. Vale lembrar que João Camilo de Oliveira Torres diz que o laicato belo-horizontino, mantendo a mentalidade de séculos de padroado, possui "a oração como fato político" (Torres, 1972, p. 184).

Essa afirmação pode ser ampliada para o catolicismo brasileiro de modo geral. Ele foi a religião de Estado no período do padroado e afiançadora regular das elites políticas e econômicas, até, aproximadamente, a década de 1950, quando setores do catolicismo se descomprometeram do chancelamento do poder instituído (Bresser-Pereira, 2006). No entanto,

para os setores reacionários, a política surge na Igreja Católica, contaminando a pureza do cristianismo, apenas quando ela elabora críticas à economia e política propondo mudanças estruturais no sentido de operar na lógica de incluir nas esferas do direito os setores subalternos da sociedade.

Nesse ambiente de tensão que irá preparar o terreno para os acontecimentos relacionados ao evento sinodal, as Forças Armadas e a Igreja Católica disputam a condição de melhores conhecedores da realidade amazônica. Ambos reivindicam presença capilar e antiga na região. Os religiosos entendem estar nesse lugar antes da organização do Estado Nacional brasileiro. A Amazônia brasileira avançou para além do estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas por causa da presença das ordens religiosas católicas cujos membros eram portugueses.

No padroado, a presença de clérigos era ao mesmo tempo presença da Igreja Católica e do Estado Nacional (Azzi et al., 1992). Nessa região, as Forças Armadas e Igreja Católica, cumprem tarefas que, em tese, extrapolam a natureza dessas instituições. Essas atividades acontecem devido à ausência do Estado – para além da militar – como promotor efetivo do bem comum. Essa longa presença, somada às condições específicas da instituição militar e da instituição salvífica, fizeram-nas produzir compreensões particulares sobre a região amazônica.

O presidente Jair Bolsonaro e os ministros de relações exteriores e do meio ambiente fizeram declarações que colocaram em risco a confiança internacional que o Brasil havia conseguido angariar ao longo de décadas de trabalho na região amazônica. Dentre essas ações vale citar a realização da Eco-92, sob o governo do presidente Fernando Collor de Mello. O governo confrontou o consenso sobre as questões ambientais a partir de fundamentos vazios de conteúdos racionais que pudessem ser verificados por meio de confrontação e/ou debate intelectual e científico aberto.

O Alto Comando Militar apoiou as declarações do Presidente da República e de seus ministros revelando discordar das ações dos governos anteriores nesse setor. Os governos civis após a Ditadura Militar (1964 – 1985) não contavam com a confiança dos militares, que os consideravam inocentes úteis ou envolvidos com o comunismo internacional associado às Organizações Não Governamentais – ONGs – que acreditavam possuir interesses espúrios sobre a floresta.

Diante do conflito aberto pelo governo, o Vaticano negou o pedido brasileiro feito por vias diplomáticas para a participação no Sínodo de militares e de políticos exercendo mandatos.

Nos primeiros meses de 2019, o governo manifestou preocupação com o Sínodo, entendendo que ele seria utilizado pelos blocos políticos internacionais que defendiam a internacionalização da Amazônia. O general da reserva Augusto Heleno, ex-ajudante de ordens do general Sylvio Frota, que ocupava o cargo de ministro chefe do Gabinete de Segurança Institucional – GSI – manifestava apreensão. Afirmou ser necessário neutralizar o evento católico que poderia se constituir numa interferência na soberania nacional brasileira. O grupo próximo do Presidente da República, na liderança de Heleno, acreditava que a ONU estava discutindo com os indígenas a possibilidade de fundar novos países na região da floresta.

Em fevereiro de 2019, a imprensa noticiou que relatórios da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN – e das Forças Armadas revelavam a preocupação do governo com o Sínodo. A agência negou que esses relatórios existissem. Em setembro, porém, o presidente Jair Bolsonaro confirmou o monitoramento de eclesiásticos e leigos alegando existir influência política entre os religiosos. O motivo da vigilância, segundo Lorenna Rodrigues (2019), seria o alerta que essa agência e os comandos militares deram ao Palácio do Planalto por ocasião de encontros entre cardeais brasileiros e o Papa Francisco no Vaticano. Os relatórios teriam tratado da necessidade de conter o suposto avanço da Igreja Católica em temas compreendidos como de esquerda, como, por exemplo, a questão climática, desmatamentos e condições dos povos indígenas.

Os bispos católicos publicaram uma carta afirmando que estavam sendo criminalizados e tratados como inimigos da Pátria. Ela foi escrita por ocasião do encontro de estudo do Instrumento de Trabalho do Sínodo da Amazônia em Belém do Pará e publicada no dia 30 setembro de 2019. Foi produzida como documento da CNBB e manifesta aquilo que afirma ser preocupação com a “Casa Comum”. Informa que desde 1952 os bispos da Amazônia reúnem-se periodicamente para tratar da missão da Igreja Católica naquele contexto. Demonstram que os problemas atuais da região são conhecidos e debatidos há décadas. Cita a frase de Paulo VI “Cristo aponta para a Amazônia” pronunciada no ano de 1972 para fazer compreender que esse tema não é uma questão situada dentro da trama geopolítica do momento e nem uma preocupação pontual de um pontificado. Trata-se de uma preocupação do magistério pontifício.

Ou seja, o jogo de palavras – esquerda, comunismo etc – do governo estava distante das propostas e do pensamento da Igreja sobre o problema. A carta assegura que os bispos da Amazônia foram os primeiros a avisar o mundo das iminentes catástrofes do ecossistema que ultrapassariam as fronteiras do Brasil e do continente. Essa advertência foi feita por ocasião do encontro acontecido em 1990 em Belém e Icoaraci, que produziu o documento "Em defesa da vida na Amazônia" (Kräutler, 1990).

Nesse evento da década de 90, elaborou-se um manifesto contra a destruição do meio ambiente na Amazônia assinado por bispos dos Regionais Norte da CNBB. Esse documento denunciou o desmatamento na floresta questionando o progresso e o desenvolvimento local como justificativa para essa ocorrência.

O preâmbulo foi assinado por Dom Erwin Kräutler, então Bispo do Xingu e Presidente do Conselho Indigenista Missionário – CIMI. Ele afirma que a redução das terras indígenas no governo do Presidente José Sarney atenderia aos interesses econômicos e eleitoreiros e, especialmente, às diretrizes da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, depois Secretaria de Assessoramento para a Defesa Nacional – Saden. Segundo o prelado: "para a Saden, os índios eram uma ameaça permanente à soberania nacional e para neutralizar tal ameaça julgou-se como medida mais adequada retirar aos índios as condições para manterem-se como povos diferenciados" (Kräutler, 1990, p. 14). Adiante, tratando da destruição do meio ambiente, esse manifesto afirma que na década de 90, ante as críticas nacionais e internacionais da tragédia em que havia se constituído a questão amazônica, o Governo havia criado o programa "Nossa Natureza" sob controle direto da Saden. Essa iniciativa reafirma o problema da relação entre soberania e questão ambiental na visão dos militares.

A carta escrita em 2019 afirma que o Sínodo não foi pensado como ato de oposição ao governo. Situa-o dentro das necessidades específicas do que-fazer da Igreja católica e avisa que sua realização foi demandada ao Papa Francisco pelo episcopado da região que se reuniu em Icoaraci – Pará – no ano de 2016 expressando a necessidade da Igreja Católica em nove países amazônicos. A partir desse pedido, o papa convocou o evento.

A seguir, a carta recua no tempo para demonstrar que as atividades desenvolvidas pela Igreja Católica, incluindo o Sínodo, estão situadas num arco temporal amplo de trabalho. Não podem ser tratadas como reféns de uma geopolítica específica do presente ou orientada por uma

ou outra posição política de ocasião. Cita os diversos trabalhos realizados desde o século XVII na esfera da saúde, ensino e obras sociais. Essas atividades se desenvolveram, com sacrifícios, na promoção dos direitos humanos e na defesa do meio ambiente. Lamentam que o governo trate as lideranças católicas como inimigas da pátria após essa presença laboriosa e prolongada.

Mobilizando o papado para seu argumento, a carta afirma defender a Amazônia junto do Papa Francisco e exige medidas urgentes dos governos contra a destruição sem escrúpulos da floresta, pleito, portanto, similar ao bradado na década de 1990. Informa também que os povos dessa região sofriam violências e isso exigia a ação da Igreja na defesa da paz. Respondendo às acusações feitas pelo Governo sobre a soberania, defende a inquestionável soberania brasileira sobre essa parte do território nacional. Mantendo o caráter histórico da narrativa, assevera buscar novos caminhos de evangelização se comprometendo na defesa daquilo que entende ser chão sagrado criado por Deus generosamente para as presentes e futuras gerações.

Essa carta e outras manifestações do episcopado sobre os motivos do Sínodo não demoveram o governo de suas investidas contra sua realização e ao modo como a Igreja Católica se posicionava diante das questões amazônicas.

O então assessor da Abin e ex-comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, entendia que o Sínodo adquiria "viés político" ao abordar questões ambientais. Além disso, admitiu que o governo se preocupava com os temas tratados pelo evento. Ele respondeu à carta dos bispos dizendo que o governo não os tratava como inimigos da pátria e assegurou que a Igreja Católica operava com dados distorcidos. Transfere para ela a responsabilidade pelo conflito aberto pelo governo, entendendo que ela deveria tê-lo procurado para obter maiores informações sobre a região amazônica. Dessa forma, desqualifica a Igreja Católica e o seu conhecimento adquirido em sua longa presença na região. Revelando a rotina policialesca existente, relatou que até aquele momento a vigilância não constatara tratativas sobre questões que poderiam ferir a soberania nacional. Contudo, temia que o documento final do Sínodo pudesse trazer críticas utilizáveis por organismos internacionais, sobretudo a ONU para a perda da soberania brasileira na região. Assegurou que ações internacionais nesse sentido já foram constatadas.

A tensão entre governo e Igreja Católica era de tal forma notável que deu oportunidade para um debate na Globonews no dia 07 de setembro de 2019 entre o Cardeal Dom Cláudio Hummes e o embaixador Kenneth da Nóbrega que exercia a representação do Itamaraty no diálogo com o Vaticano. Além destes dois convidados e da jornalista mediadora, Renata Lo Prete, estava presente Alberto Pfeifer que coordenava o grupo de análise de conjuntura internacional da Universidade de São Paulo – USP. A questão inicial versou sobre conflito entre setores da sociedade, incluindo o aberto pelo governo contra a Igreja Católica, por causa do Sínodo para a Amazônia.

O embaixador fez uma apreciação dessa questão dentro do figurino da diplomacia que destoou de maneira profunda das falas públicas do Presidente da República e dos militares do Alto Comando. Assegurou que o governo via o Sínodo como parte da missão pastoral da Igreja Católica e que o evento estava em conformidade com o acordo firmado entre o Estado brasileiro e a Santa Sé. Além disso, o Governo reconhecia o papel da Igreja na formação da sociedade brasileira e estimava sua atividade em favor dos menos favorecidos. Embora reconheça aquilo que entende como importância histórica da Igreja Católica, no tempo presente, ela deveria se circunscrever em práticas caritativas junto aos pobres. A ação da instituição na sociedade, posicionando-se como setor da sociedade civil demandante do Estado não deveria mais acontecer no presente. Espera-se reduzir ou anular atividades da instituição religiosa que tenham alcances políticos.

Segundo Kenneth da Nóbrega, não era verdade que o governo estava insatisfeito com o Sínodo. O Itamaraty foi acionado para abrir um canal diplomático e institucional com a Santa Sé para pedir esclarecimentos sobre temas do Direito Internacional presentes no documento base do evento que causaram preocupação. Ao fazer essa afirmação, obriga-se a se responsabilizar por uma assertiva que não é verificável nas falas do próprio governo. O conteúdo das falas do Presidente e do Alto Comando Militar traduziam uma visão de mundo do período em que se formaram como oficiais marcadas pela vigilância e pela "neutralização" do inimigo interno.

Por sua vez, Dom Cláudio Hummes, revelou o caráter amador do governo no trato com a questão ao permitir que vazasse para a imprensa assertivas que deveriam ter sido esclarecidas com breves consultas. Assegurou que os bispos brasileiros defendiam a soberania do país sobre

a Amazônia e que ela não deveria ser objeto de nenhuma relativização. Os prelados ficaram surpresos ao saber que eram objetos de monitoramento pelos órgãos de inteligência o que lhes deu o sentimento negativo de censura.

4 Considerações finais

O conflito aberto pelo Estado Brasileiro durante o governo de Jair Bolsonaro contra a Igreja Católica foi um acontecimento que compõe o atual drama político nacional. Seu estudo é importante tanto para as pesquisas sobre as religiões e história religiosa brasileira quanto para os estudos de nossa política e história política. Os atores que iniciaram esse conflito representam a continuidade da mentalidade e prática de setores da Ditadura Militar (1964-1985).

Observamos que esses setores da caserna permanecem na República brasileira como atores relevantes capazes de emergir na superfície da política. Os estudos sobre a democracia brasileira sobrevalorizaram o processo de maturidade democrática da nação e subestimaram a manutenção da presença política dos militares, conforme apontamos em outro estudo (Silva, 2026). Esse grupo distingue-se pela sua capacidade de criar ideias que não se acomodam na realidade efetiva das coisas. Vale lembrar que até mesmo os generais Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva figuraram como pessoas de esquerda ou afeitas à esquerda.

As tratativas para interferir no evento sinodal e a vigilância sobre seus organizadores, confirmadas pelo próprio Presidente da República e, recentemente, pela imprensa, revelam o caráter autoritário e antidemocrático desse setor da política nacional. Essa é uma prática afeita aos regimes ditatoriais que criminalizam a organização dos setores de suas sociedades. Elaboram discursos de defesa da liberdade para justificar a política liberticida; mantém a ideia extemporânea da Guerra Fria de que a humanidade se dividia entre o mundo livre e as ditaduras comunistas. Essa comunidade ideológica entendia que as atividades da Igreja Católica na proposição do Sínodo eram resultado da infiltração comunista e das esquerdas chamadas de globalistas no interior da instituição. Até mesmo o Papa Bento XVI foi acusado de cooperar com o chamado projeto globalista de poder mundial e, portanto, como esses supostos comunistas.

Sob o pretexto de riscos à soberania nacional e de defesa da civilização cristã, o governo Bolsonaro se valeu de meios e métodos próprios de um Estado policialesco. Afastou-se, portanto, das premissas de um Estado de Direito, para espionar e investigar membros da Igreja Católica, trazendo de volta a mentalidade e rotina de Estado que se acreditava enterrada desde 1985 no Brasil.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ernesto. **Agentes do Globalismo**. YouTube: Brasil Paralelo, 29 jan. 2021. (1h23min45s). Disponível em: https://youtu.be/RUi1Pw9q6x8. Acesso em: 4 fev. 2022.AZZI, R.; BROD, B.; HOORNAERT, E.; GRIJP, K. Van der. **História da Igreja no Brasil:** ensaio de interpretação a partir do povo. Primeira época. 4. ed. São Paulo: Paulinas; Petrópolis: Vozes, 1992.

BELICANTA, Rafael. Sínodo da Amazônia começa no pior momento das relações entre Brasil e Vaticano. **Instituto Humanitas Unisinos**, 6 out. 2019. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/categorias/593213-sinodo-da-amazonia-comeca-no-pior-momento-das-relacoes-entre-brasil-e-vaticano. Acesso em: 4 jul. 2025.

BOSCO, Natália. Alvo de bolsonaristas após lançar candidatura, Moro é chamado de 'comunista' por ex-ministro Ricardo Salles. **O Globo**, 2021. Disponível em: https://oglobo.globo.com/politica/alvo-de-bolsonaristas-apos-lancar-candidatura-moro-chamado-de-comunista-por-ex-ministro-ricardo-salles-2-25290168. Acesso em: 8 jul. 2025.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **As revoluções utópicas dos anos 60: a revolução estudantil e a revolução política na Igreja.** 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2006.

CARVALHO, Olavo de. **Um globalismo cristianizado?** 2009. Disponível em: https://olavodecarvalho.org/um-globalismo-cristianizado. Acesso em: 18 jun. 2025.

CARVALHO, Olavo de; ALMEIDA, Paulo R. de. **Globalismo: bastidores do mundo - debate**. YouTube, 13 dez. 2017. (1h45min22s). Disponível em: https://youtu.be/CkgQhnApLow. Acesso em: 8 fev. 2022.

DEMORI, Leandro. Pesquisadora encontra carta de Bolsonaro publicada em sites neonazistas em 2004. **The Intercept** Brasil, 28 jul. 2021. Disponível em: https://theintercept.com/2021/07/28/carta-bolsonaro-neonazismo/. Acesso em: 22 mar. 2022.

FRAZÃO, Felipe. Bispos do Sínodo da Amazônia dizem ser criminalizados 'como inimigos da pátria'. **Estadão**, 30 set. 2019. Disponível em: https://www.estadao.com.br/politica/bispos-

do-sinodo-da-amazonia-dizem-ser-criminalizados-como-inimigos-da-patria/. Acesso em: 11 jul. 2025.

FROTA, Sylvio. **Ideais traídos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

GENERAL Euler Bentes, candidato à presidência em 1978, morre aos 85 anos no Rio. **FOLHA DE SÃO PAULO.** 27 jul. 2002. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2707200230.htm. Acesso em: 18 jun. 2025.

GIRARD, René. **O sacrifício.** Tradução de Reginaldo Di Piero. São Paulo: É Realizações, 2011.

IRMÃ Dulce é canonizada pelo Papa Francisco e se torna a primeira santa brasileira. **G1.** 13 out. 2019. Disponível em: https://g1.globo.com/ba/bahia/irma-dulce/noticia/2019/10/13/irma-dulce-e-canonizada-pelo-papa-francisco-em-missa-no-vaticano.ghtml. Acesso em: 11 jul. 2025.

JOÃO PAULO II (Papa). **Paz com Deus criador — Paz com toda a criação.** Mensagem para o XXIII Dia Mundial da Paz, 8 dez. 1989. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/messages/peace/documents/hf_jp-ii_mes_19891208_xxiii-world-day-for-peace.html. Acesso em: 4 jul. 2025.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas.** Tradução de Beatiz Vianna Boeira e Nelson Boeira – 12ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: Editora Unicamp, 2003.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe.** São Paulo: Martins Fontes, 1993.

RODRIGUES, Lorenna. Bolsonaro diz que Abin monitora Sínodo da Amazônia**. Estadão**, 31 agos. 2019. Disponível em: https://www.estadao.com.br/politica/bolsonaro-diz-que-abin-monitora-sinodo-da-amazonia/?srsltid=AYCX9vLdFu9TyeFum9cOdY8OyMvevlli1CuKvKIuG_XxRebY5xUkX87G. Acesso em: 22 out. 2026.

TORRES, João Camilo de Oliveira. **A Igreja de Deus em Belo Horizonte.** Belo Horizonte: [s.n.], 1972.

KLEMPERER, Victor. **LTI: a linguagem do Terceiro Reich.** Tradução, apresentação e notas de Miriam Bettina Paulina Oelsner. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

KRÄUTLER, Erwin D. **Destruir a terra é destruir os filhos da terra: em defesa da vida na Amazônia por bispos da Amazônia.** Brasília: CNBB-CIMI, 1990.

SILVA, Wellington Teodoro. De como a ditadura perdeu seu cavalo e continuou caminhando. **Fronteiras**, Dourados, v. 27, n. 49, p. 205-221, 2026. DOI: https://doi.org/10.30612/frh.v27i49.18835.

SILVA, Wellington Teodoro; SUGAMOSTO, Alexandre; ARAUJO, Uriel Irigaray. O marxismo cultural no Brasil: origens e desdobramentos de uma teoria conservadora. **Cultura y Religión**, v. 15, n. 1, p. 180-222, 2021. DOI: http://dx.doi.org/10.4067/S0718-47272021000100180.